

Da “jornada de lutas” ao “abril vermelho”: vestígios da ocupação do espaço midiático pelo MST

Kleber Mendonça

Doutor em Comunicação e professor adjunto do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense

Resumo

O presente artigo analisa uma cobertura jornalística a respeito do MST com o objetivo de propor o conceito de “ruína discursiva” para mapear as possibilidades de um ator político contestador ser capaz de pautar a cobertura jornalística, mesmo quando esta lhe é adversa. A hipótese a ser verificada é a de que o MST, ao ter suas ações de visibilidade arruinadas, promove, por sua vez, a ruína discursiva da aparência de objetividade do jornalismo. Tal intuito é alcançado na medida em que as ações dos sem-terra tornam evidente o controle discursivo desempenhado pela imprensa.

Palavras-chave: Jornalismo Político; MST; Ocupação de Terras; Análise de Discurso.

Abstract

This article analyzes a journalistic coverage about the MST, in order to propose the concept of “discursive ruin” and to map the ability of a political actor to govern the journalistic coverage, even when it is against himself. The hypothesis to be verified is that the MST is able to promote the discursive ruin of the appearance of objectivity in journalism at the same moment that the visibility of their actions is ruined by this coverage. Such order is achieved when the landless actions bring light to the discursive control played by the press.

Keywords: Information; Entertainment; Infotainment; Videojournalism.

APRESENTAÇÃO

O desafio dos pesquisadores em Comunicação neste milênio será o de desenvolver ferramentas capazes de entender a complexidade de nosso tempo. Nesse cenário, os meios de comunicação ocupam um papel preponderante. Assim, é preciso delimitar as características e efeitos desse espaço midiático hoje, na medida em que nele surgem, se relacionam, se desenvolvem e ganham lugar as manifestações políticas, os afetos, as redes de sociabilidade dos mais diversos atores, bem como o controle e as instâncias punitivas do Estado.

Diante dessa constatação, propõe-se aqui o conceito de *ruína* discursiva para tentar entender algumas das complexas relações de sentido e de poder estabelecidas entre o campo do jornalismo e um dos principais atores sociais contestadores do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Há, hoje, um número considerável de estudos destinados a analisar os modos pelos quais a grande imprensa trata, em sua cobertura, das ações do MST, boa parte deles se preocupando em denunciar os gestos de criminalização do movimento por parte da grande imprensa. Em que pese a importância de tais pesquisas, o que se pretende aqui é algo um pouco diverso. Sem abrir mão do terreno teórico-metodológico da análise do discurso, a proposta é ultrapassar o mero gesto de denunciar direcionamentos de sentido.

Em seu estudo sobre a relação mídia-MST, Berger já produz um deslocamento de análise ao apontar o confronto como ambíguo e simbiótico.

O MST percebe a mediação da informação na sua interlocução com o poder político. E a mídia sabe que seu poder está na sua condição de mediação. Nesta interação (sinuosa, sutil, não dita) ambos se vinculam mediante um “jogo de usos”. O MST precisa encenar suas reivindicações [...] e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza (BERGER, 1998, p. 11).

O reconhecimento da atividade política e da complementaridade dos atores em suas ações é fundamental para fugirmos da armadilha de analisar “criticamente” reportagens apontando vilões ou vítimas. O que se propõe aqui é inverter a direção do olhar analítico de modo a mostrar como é possível, para um movimento social, tornar-se sujeito ativo de suas ações políticas e mesmo da cobertura jornalística dessas. A reboque, o gesto político mostra-se capaz de deixar marcas discursivas na materialidade do texto jornalístico que possibilitam a evidência de tomadas de posição (interpretativas), por parte da imprensa, diante dos acontecimentos.

Com isso, em vez de meramente vilanizar a imprensa, denunciando uma cobertura “injusta” a respeito de um tema específico, o conceito de ruína discursiva permite mostrar a dupla capacidade política ativa do MST: a de produzir acontecimentos que se converterão em cobertura midiática, bem como a de desencadear processos de ruptura de sentidos que forçarão os veículos de

comunicação (e alguns outros setores da sociedade) a se mobilizar para reassentar esses sentidos até então tomados como naturais.

O gesto político da imprensa de devolver os sentidos para seu estado anterior (de naturalidade evidente) não é invisível: as marcas desse “trabalho” (no sentido marxista do termo) permanecerão, em forma de ruína, nos arquivos da cobertura. Com isso, os sem-terra passam a serem vistos como atores políticos capazes de provocar, com sua própria ruína, a queda de um discurso extremamente bem urdido e eficiente.

A OCUPAÇÃO SEM-TERRA COMO HETEROTOPIA

Para melhor entendimento das características desse embate político é importante ter em mente os sentidos agenciados pela principal tática política do MST: a ocupação de terras. Nossa hipótese é a de que o movimento é capaz de estabelecer espaços de poder, a partir dos quais são construídos novos sentidos, subjetividades e visibilidade. Nesse sentido, vale adotar o ponto de vista do esforço foucaultiano em determinar a natureza criativa dos “espaços outros”. Com isso, pode-se descrever a passagem da luta do território da ocupação para o espaço de administração global de fluxos informacionais: o jornalismo. Estaremos, assim, diante do que chamamos de *ocupação midiática* sem-terra.

Foucault percebe a existência de *espaços externos*, cuja função específica seria distinta dos “espaços normais” percebidos e produzidos por nossa existência. Seriam aqueles que “se relacionam como todos os outros de uma forma que neutraliza, secunda, ou inverte a rede de relações por si designadas, espelhadas, refletidas” (FOUCAULT, 2006, p. 755). Tais espaços seriam divididos em dois tipos: as utopias e as heterotopias. Ao passo que as primeiras não possuem existência concreta, as heterotopias são portadoras de uma outra ordem topológica no mundo real.

São algo como contra-lugares, espécie de utopias realizadas nas quais todos ou outros lugares reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Esse tipo de lugar está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade (IBID., p. 756).

Entender a natureza desses espaços é perceber como a ação sem-terra, longe de propor um futuro utópico, constrói constantemente um “devir outro” presentificado na heterotopia simultânea da ocupação em rede¹. Foucault estabelece, ainda, uma tipologia dos diferentes usos e modelos desses espaços outros em nossa sociedade. Um exemplo da distinção entre as utopias e as heterotopias é descrito a partir da bela análise a respeito do espelho. Embora a imagem especular seja uma utopia, na medida em que se situaria num espaço irreal, sendo “uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente” (FOUCAULT, 2006, p. 756), ainda assim há nessa superfície lisa uma potência que a converte em heterotopia,

uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contração à posição que eu ocupo. Do lugar em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no lugar onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir desse olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu [...] dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou.” (IBID., p. 757).

As ocupações sem-terra possuem também essa capacidade de estabelecer um espaço outro num lugar real, mas que passa a ser uma contestação tanto da normalidade dos espaços urbanos, como da legitimidade do “projeto espacial” capitalista. As heterotopias seriam espaços complexos, necessários a todas as sociedades e produtores de diversas formas de ruptura da ordem histórica.

Dentre as diversas características dos espaços outros, descritas por Foucault, um dos princípios que ajuda a entender ainda mais a ruptura geográfica promovida pelo MST é o fato da heterotopia ser capaz de “sobrepôr, num só espaço real, vários espaços, vários lugares que por si só seriam incompatíveis” (IBID., p. 756). O autor exemplifica com o espaço do palco do teatro, os jardins orientais e os tapetes persas. Sabe-se como o espaço político da ocupação sem-terra promove uma trama de espaços simbólicos de pedagogia, de enfrentamento, religiosidade, de ruptura da propriedade, de nascimento e de morte.

07

A “ameaça” ao *status quo*, materializada no espaço temporário da ocupação, remete ao tipo inverso de espaço outro: as permanentes heterotopias de desvio: “aquelas nas quais os indivíduos, cujos comportamentos são desviantes em relação às normas, são colocados” (IBID., p. 757). Seriam, assim, as instituições disciplinares, como as prisões e os manicômios tão bem descritos por Foucault. No caso das ocupações sem-terra, no entanto, no lugar do trabalho disciplinador-punitivo do Estado, vemos a irrupção dialógica de subjetividades outras e materialização de rebeldias.

Tal constatação remete à analogia proposta por Certeau, entre as “delinqüências” e os relatos de espaço, presentes nas práticas místicas:

se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o Estado, o relato é delinqüente (DE CERTEAU, 1990, p. 216).

A partir da heterotopia que faz emergir, à força, no interstício temporário, sobreposto e simultâneo das frestas das cercas do latifúndio, a delinqüência sem-terra inscreve seu contra-relato. Uma fala outra que constrói sua visibilidade no mesmo gesto violento que será capaz de estilhaçar os sentidos hegemônicos propagados pelo fluxo informacional do espaço midiático.

A OCUPAÇÃO MIDIÁTICA COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Para evidenciar de que forma a imprensa se torna responsável pela administração e controle dos fluxos globais de notícias tomaremos como exemplo

uma análise da cobertura da *Folha de S. Paulo* a respeito da estratégia política sem-terra que ficou conhecida, desde 2004, como *abril vermelho*.

O exemplo empírico não é aleatório, pois permite evidenciar a política sem-terra de promover a passagem da ocupação do campo dos embates sociais para o campo simbólico das negociações de sentido.

Em abril daquele ano o MST articulou uma série de ocupações com um intuito duplo: denunciar a inoperância do governo federal em relação à questão agrária e cobrar a punição dos envolvidos no Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996². Assim, os integrantes aproveitavam um momento em que os critérios de escolha dos acontecimentos que conquistariam a visibilidade midiática lhes eram favoráveis (o início das denúncias contra assessores do presidente Lula) e estabeleceram a construção de uma tática de luta que, no final daquele mês, totalizava 109 ocupações de terra em mais de dez estados³.

Seria difícil, a partir dos critérios de noticiabilidade adotados nas rotinas produtivas jornalísticas, não registrar esse acontecimento. Estamos diante da evidência de que a tática política sem-terra é, de fato, produtora de mais do que construtora de espaço de irrupção de subjetividades criativas: ocupa também o espaço das notícias.

08

Mesmo uma análise quantitativa é capaz de dar a dimensão da eficiência, do ponto de vista da ocupação midiática, do episódio conhecido como “abril vermelho” em 2004. A contagem simples das reportagens mostra que no primeiro semestre foram publicadas pela *Folha de S. Paulo* 206 matérias citando o MST. Em que pese o fato de algumas notícias de política nas quais o movimento aparece apenas em alguma declaração de uma fonte, a maioria foi publicada sob a tarja “campo minado” e na retransa “Questão Agrária”. A tabela 1 evidencia a distribuição mensal de reportagens.

Mês/ano	Reportagens	Percentual
Janeiro/04	17	(8%)
Fevereiro/04	15	(7%)
Março/04	27	(13%)
Abril/04	91	(45%)
Mai/04	30	(14%)
Junho/04	26	(13%)
Semestre 1/04	206	(100%)

Tabela 1: *Folha de S. Paulo, jan-jun de 2004.*

Percebe-se como abril contou com quase metade das publicações totais a respeito do MST no semestre. Nota-se ainda um número alto em março e em maio (em relação ao início do ano), que também pode ser atribuído à repercussão do caso.

A título de comparação, a tabela 2 reúne a totalização de matérias no mesmo período em 2005, ano em que um acordo governo-MST reduziu as ocupações, substituindo-as por outras formas de lembrar Eldorado dos Carajás.

Mês/ano	Reportagens	Percentual
Janeiro/05	32	(14%)
Fevereiro/05	48	(22%)
Março/05	29	(13%)
Abril/05	41	(19%)
Maio/05	44	(20%)
Junho/05	26	(12%)
Semestre 1/05	220	(100%)

Tabela 2: Folha de S. Paulo, jan-jun de 2005.

09

Em 2005, abril sequer foi o mês com mais notícias sobre o MST. Em fevereiro, houve um aumento fora do comum em virtude do assassinato de um PM em um assentamento sem-terra no interior de Pernambuco. Ainda assim, o agendamento de tal episódio não elevou as citações ao patamar do “abril vermelho” de 2004.

É evidente que tal levantamento não revela o embate discursivo posto em funcionamento a partir da publicização do acontecimento-ocupação. A simples contagem, por exemplo, não evidencia que o gesto de obter visibilidade não garante seu controle. É o que se pode concluir ao analisarmos de que forma o termo adotado pelo MST para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás (“jornada de luta”) é midiaticamente metamorfoseado em “abril vermelho”.

Os primeiros indícios da referida mobilização sem-terra começam a aparecer, nos jornais ainda em 24/03/04. Trata-se de uma nota breve a respeito de um protesto e uma ocupação. Segundo o jornal,

integrantes do MST protestam em frente à Prefeitura de Mangaratiba (RJ), portando cartazes com foto do dia em que Lula vestiu o boné do movimento. No sábado, houve a invasão na cidade da fazenda Justina, onde 300 famílias estão acampadas. A invasão deu início às ações que o MST deve fazer nas próximas semanas para mostrar insatisfação com o programa de reforma agrária⁴.

Já no dia 27 duas pequenas notas na coluna Painel dão conta de que o governo teria uma “bomba a desarmar” nos próximos dias: “na agenda do governo, a próxima dor de cabeça tem três letras: MST. Os ministros Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) e Luiz Dulci (Secretaria Geral) receberam a missão de convencer os líderes do movimento a suspender as invasões prometidas para abril”⁵.

Além das notas, o jornal traz ainda a notícia do anúncio oficial, por parte do MST, de suas ações. Nesse momento, o veículo ainda interpreta as ações nomeando-as de acordo com o nome proposto pelo movimento, inclusive no subtítulo e na abertura da reportagem.

O MST dá início neste fim de semana a uma onda de invasões pelo Brasil batizada de “jornada de luta”. A ação se estenderá até 17 de abril, quando o movimento lembrará os 19 sem-terra mortos em confronto com a PM em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, em 1996.⁶

A tônica da interpretação do acontecimento permanece a mesma nos dias seguintes. O destaque dado às ocupações é grande e a contabilidade promovida pelo jornal vai, gradativamente, unificando as ações executadas em diferentes Estados: “O MST invadiu ontem mais cinco fazendas, subindo para dez o número de invasões no país desde sábado, quando começou a chamada jornada de luta”⁷. Ao longo da semana seguinte, é constante a publicação de matérias cujo teor se apresente bastante semelhante ao da citação acima. Um exemplo é a nota abaixo, de 03/04:

O MST invadiu ontem quatro fazendas, dando continuidade à “jornada de luta” iniciada em março [...] para lembrar os 19 sem-terra mortos em confronto com a PM em Eldorado do Carajás (PA), em 1996. [...] Já são 29 as propriedades rurais invadidas desde 27 de março. [...] São 14 invasões em PE, cinco em SP, duas no RJ, duas em MS, uma no ES, uma no PR, uma em MG, uma no RS e duas na BA⁸.

Tal enfoque será mantido: o jornal realiza um balanço das novas “invasões”, atualiza os números, apresenta as falas dos coordenadores do movimento e dos críticos. No entanto, um episódio, protagonizado na TV por João Pedro Stedile (um dos principais dirigentes do movimento) agrega um outro viés interpretativo mais espetacular do que político à cobertura.

Na edição de sábado, 27/03/04, o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, levou ao ar uma reportagem na qual uma gravação escondida mostrava Stedile, durante uma palestra, declarando que “abril será mês vermelho. Servidor, estudante, a turma da moradia, nós vamos infernizar. Abril vai pegar fogo”⁹.

A partir dessa notícia, o termo “jornada de lutas” é substituído por “abril vermelho”, tanto nas reportagens quanto nas falas críticas. Tal aspecto é evidenciado pelos títulos das reportagens a partir dessa data¹⁰.

Dessa forma, os sem-terra conseguem seu objetivo de visibilidade sem, no entanto, garantir o controle dos conteúdos e dos critérios de interpretação adotados pelo campo jornalístico. Tanto mais na medida em

que o que é publicado são “não-acontecimentos, pois o que vale é a ação no sentido cinematográfico e não a ação da história” (BAUDRILLARD apud BERGER, 2002, p. 280).

Estamos diante de uma cultura de visibilidade na qual diversos grupos buscam produzir eventos para se tornar notícia a partir de ações espetaculares, desprovidas de importância histórica. Um exemplo desse processo é a série de “intervenções” dos “ativistas” do Greenpeace, nas quais as ações espetaculares substituem a mobilização política popular, uma vez que seus “destinatários” são reduzidos a “espectadores” do evento¹¹.

As pretensões do MST são diversas das do Greenpeace. Berger, no entanto, é feliz em perceber como mesmo o movimento “deixa transparecer em sua política de comunicação que sabe que suas reivindicações precisam da materialidade da notícia para existirem socialmente” (BERGER, 2002, p. 282). A dificuldade da efetivação dessa existência midiática será a falta de controle das interpretações produzidas.

Duas reportagens a respeito do exemplo aqui ilustrado evidenciam tal dificuldade. Em 17/04, a *Folha de S. Paulo* atualiza mais uma vez seus números com uma reportagem intitulada “Abril vermelho registra mais invasões”:

O MST anunciou que suas ações iriam infernizar o governo neste ano, mas dados divulgados pela CPT, braço agrário da Igreja Católica, apontam que o número é levemente superior ao registrado em 2003. Segundo o órgão, houve avanço de 3% (de 96 para 99), na comparação de 1º de janeiro a 14 de abril de cada ano.¹²

O conflito entre diferentes interpretações a respeito do número de ocupações, no entanto, desaparece do jornal mais adiante, como é constatado na reportagem de 23/06, quando o veículo relembra o “agendamento” do caso num balanço final:

O número de invasões de terra entre janeiro e maio deste ano avançou 115% em relação ao mesmo período do ano passado – de 99 para 213 casos. O número, o maior já registrado nos cinco primeiros meses de um ano [...] contradiz o discurso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Às vésperas das eleições de 2002, o então candidato declarou que era a única pessoa “capaz de fazer uma reforma agrária tranqüila”. [...] A onda de ações no campo liderada pelo MST dois meses atrás, no chamado “abril vermelho”, registrou 109 invasões de terra. A onda vermelha, de acordo com o MST, começou na última semana de março e somente terminou na primeira quinzena de maio.¹³

A citação revela o duplo gesto de interpretação política do jornal. O aumento das ocupações é evidência da “incapacidade” do governo em administrar a situação social, no mesmo momento em que a autoria simbólica da “onda vermelha” passa do gesto interpretativo da imprensa para o próprio movimento. O golpe político exemplificado na reportagem é tão repetitivo que já havia forçado o MST a uma “reclamação pública”, divulgada em seu site em 14/05/2004.

Todos acompanharam pela imprensa nossa Jornada de Lutas, que acabou sendo, involuntariamente, batizada de abril vermelho. [...] O que nos choca é o comportamento da chamada “grande imprensa brasileira”. Transformou nossa Jornada em coisa de outro mundo. Mas nós entendemos esta posição. No Brasil cerca de 80% de todas as notícias são monopolizadas por apenas sete grandes grupos. Estes grupos defendem, a todo custo, os privilégios econômicos e políticos de uma minoria da sociedade brasileira¹⁴.

Colocar-se como vítima do gesto de deslocamento de sentido permite ao MST evidenciar que a imprensa articula a captura simbólica da reconstrução proposta por suas ocupações. Tal controle possibilita, no entanto, a irrupção de um novo revide sem-terra, capaz agora de ampliar sua crítica também ao “latifúndio midiático”.

Percebe-se, portanto, como o controle discursivo da ação sem-terra, por parte da imprensa, minimiza a visibilidade da ocupação midiática, mas possibilita a evidência do “trabalho” jornalístico de homogeneização dos sentidos em disputa.

Trata-se de mais uma característica do espaço heterotópico da ocupação: além do complexo lugar político de inscrição política sem-terra, local discursivo do embate simbólico a respeito das (re)interpretações da realidade.

12

A respeito do papel da trocas simbólicas na construção social, Maingueneau relê o conceito de prática discursiva, de Foucault. Para o pesquisador, o discurso possui duas vertentes: a social e a textual. Somente no momento em que se associa o conjunto de textos a uma região social determinada e a um ator social específico é que se consegue dar conta da relação de “imbricação” em que se dará o jogo de “coerções” que “possibilitam tanto o discurso quanto o grupo. E essas ‘coerções’ são instauradas segundo uma mesma lógica” (MAINGUENEAU, 1989, p. 136). Assim, a prática discursiva equivaleria ao processo de organização dessas duas vertentes, integrando a fala à comunidade.

Nesse sentido, é possível aproximar a ocupação de terra ao conceito de *acontecimento discursivo*: algo que “abre para uma nova discursividade, produz efeitos metafóricos que afetam a história, a sociedade e os sujeitos em muitas e variadas dimensões: política, cultural, moral” (ORLANDI, 2002, p. 52).

Orlandi se refere ao discurso unificado da globalização nos meios de comunicação como um processo discursivo que reduz a pluralidade de leituras. Exemplo disto é o gesto de colocar como inaceitável, politicamente, qualquer movimento cujo sentido deslize para mobilização social. Assim, acontecimentos ou discursos que afetem a ordem social vigente, desestabilizando-a, são interpretados como ameaças a serem reprimidas. O tipo de ação como a desenvolvida pelos sem-terra “não é uma ruptura só do nível do discurso político, pensado com um tipo de discurso: é uma ruptura profunda no político” (ORLANDI, 2002, p. 57).

Perceber o duplo caráter do acontecimento discursivo permite concluir como a ação sem-terra promove a mesma passagem. No campo social, a transformação da propriedade privada em espaço de revide sem-terra se converte na instância capaz de subverter os gestos discursivos da “propriedade” capitalista. No campo midiático, o acontecimento-ocupação instaura uma discursividade rebelde ao tornar-se objeto da cobertura jornalística e de seus gestos interpretativos. É neste contexto que propomos o esboço do conceito de *ruína discursiva* para descrever a capacidade política ativa aqui demonstrada.

UMA NÃO-CONCLUSÃO: A RUÍNA DISCURSIVA COMO ARMA POLÍTICA

“Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso” (BARROS, 2003, p. 1). Com esse verso Manoel de Barros abre seu livro a respeito das memórias de infância a partir de um poema-lembrança cuja imagem central pareceria estabelecer a potência do que para ele seria o ofício da poesia. O poema *escova* continua nos apresentando a “linha de raciocínio” da analogia a ser proposta:

no começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar ossos por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão (IBID.).

A partir da descoberta da “verdade” daquele trabalho, potencializada ao extremo quando oferecida a julgamento a partir do olhar da criança para quem tal gesto soa tão sem sentido, o “menino-ancião” apresenta o que acredita ser a natureza de seu ofício:

logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras fechado no quarto, trancado, a escovar palavras (IBID.).

Diante desse enfático argumento, poderíamos igualar a poesia à “arte de escovar palavras”. A crença na essência de som e de sentido de cada termo leva o “ainda-não” poeta à busca do “esgar primeiro”, do clamor mais antigo, em um árduo trabalho de “limpeza” das palavras, como se retirando de cada verbo suas ressonâncias (e seus conflitos) pudéssemos escutar ainda algum som, mesmo que em balbucio.

O poeta, então, propõe um desfecho que resolve o impasse da ilusão do menino: o apelo à sanidade produzido pelos amigos. “Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondi a eles,

meio entresonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora” (BARROS, 2003).

Tal desfecho oferece, como todos bons poemas, múltiplas possibilidades de leitura. Vemos o poeta ilustrar o primeiro encantamento com as palavras libertas de sentido e sua vergonha diante da incompreensão dos outros à sensibilidade poética. Podemos, também, perceber como caberia à poesia a função de “limpar” das palavras seus sentidos congelados para, com isso, “dizer o indizível”. Ou ainda, e mais simplesmente, é possível que a primeira condição para o desenvolvimento de qualquer relação artística com as palavras seja o gesto de atirar fora, com nossas escovas, qualquer pretensão de certeza de sentidos, interpretações e desejos de comunicação.

Quaisquer que sejam as respostas escolhidas, o poema pode ilustrar de que forma o conceito de *ruína discursiva* aqui esboçado tenta dar conta da possibilidade de evidenciarmos, a partir da “escova” da análise teórica, não o sentido primeiro das reportagens e das ações, mas os rastros, as poeiras dos múltiplos clamores amontoados violentamente pelos destroços unificados da cobertura jornalística.

Dito de outra forma, a *ruína discursiva* permite a materialização dos sentidos propostos pelos sem-terra na forma de vestígios de sua ação nas entrelinhas do texto. Mesmo que a tentativa de visibilidade posta em funcionamento pelo MST não tenha a intenção de transformar-se em ruína ou de “comunicar” o gesto de silenciamento que se segue aos seus protestos, a tática sem-terra parece poderosa não por materializar no jornal seu contra-discurso, mas por interromper a normalidade do fluxo informativo hegemônico, cuja homogeneização de sentidos fora sempre invisível.

A “rotina produtiva” jornalística, com códigos deontológicos e regras profissionais, cuja função primeira seria a de eliminar os “rastros” que pudessem evidenciar os direcionamentos de sentido, se vê interrompida pela emergência violenta do *acontecimento discursivo* da ocupação midiática sem-terra.

Cabe lembrar o provérbio chinês citado por Pêcheux para ilustrar a proposta central da análise do discurso: a de que, do ponto de vista político, todo *signo* é, desde sempre, um *rastro*.

“Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? (PÊCHEUX, 1997, p. 54)

Daí a importância de centrar o foco nos momentos em que o equívoco da estabilidade de sentidos se revela: quando a língua falha, fica evidente a ilusão de transparência de verdade que a sustentava. Em outro texto, Pêcheux aponta o mérito metodológico da “Nova História”, desenvolvida por Ariès, Le Goff e Chartier, bem como da arqueologia foucaultiana em “tratar explicitamente o

documento textual como monumento. Isto é, como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede” (PÊCHEUX, 1999, p. 8-9).

Assim, a cicatriz do monumento de memória clandestina que é a *ruína discursiva* sem-terra acrescenta ao texto mais um fragmento de sentido: o da evidência de que sua irrupção em acontecimento discursivo é tão violenta quanto o ato de escrever, como alerta Foucault:

não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso (FOUCAULT, 1996, p. 53).

Pêcheux, ao debater o papel da memória, lembra que os sentidos pacificados podem se submeter a novas instabilidades. A “regularização discursiva [...], que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sobre o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1997, p. 52).

Em resumo, o conceito esboçado aqui tenta perceber de que forma a *ruína discursiva* cristaliza um embate desigual entre duas forças, ainda assim, não eliminadas de todo. Esse espaço de conflito, no entanto, estabelece uma ruptura com a existência anterior, constituindo-se nas bases para um novo começo, não vinculado ao passado, capaz de fazer-se irromper em um devir revolucionário. Ainda assim, e contraditoriamente, a ruína discursiva traz o gesto de converter-se em elemento memorável na medida em que presentifica o passado naquilo que ele já deixou de ser. Será justamente a combinação desses gestos que permitirá ao “pesquisador de vestígios” a visualização dos rastros, involuntariamente deixados, pelo embate entre o revide sem-terra e sua captura discursiva midiática.

Uma ilustração final é a de um lago no início do inverno, cuja superfície se encontre recém-congelada. Ao olho comum não há distinção entre a fina camada de gelo e uma superfície espessa formando um espaço no qual antigas águas podem se converter em pista de patinação. Mas, ao lançarmos uma pedra ao lago, constatamos, diante da facilidade de irrupção do enorme buraco, que a crosta de gelo ainda é extremamente fina. Por mais que saibamos que o rompimento será temporário, resta a certeza de que o novo congelamento, que se inicia imediatamente após a passagem de nossa pedra analítica, será por um longo tempo marcado pela cicatriz de um gelo diferente, em espessura e aspecto, do que o restante do lago.

Algum tempo depois, ainda no mesmo inverno, quando o lago estiver tomado pelo gelo mais perene, os vestígios do antigo buraco poderão servir como marcos memoráveis de que, por mais que deslizemos com segurança e velocidade nesta superfície sólida, ela ainda guarda sua potência líquida no fundo de sua espera pelo verão.

O mérito da estratégia política sem-terra não reside na constatação de que o gelo ainda é um lago, mas na redenção da pedrada. Como os sem-terra, em nosso constante ofício acadêmico (e político) de patinar nas superfícies quase nunca seguras do nosso tempo, é fundamental persistir na busca por desenvolver cada vez mais a arte de atirar pedras aos lagos.

NOTAS

¹ O uso do termo “simultânea” se refere ao fato de as ocupações promovidas pelo MST serem, em geral, múltiplas em diferentes territórios do Brasil. O efeito obtido com essa convergência é de uma ação coordenada em alcance global.

² O Massacre de Eldorado dos Carajás (PA) ficou conhecido pelas imagens de TV que acompanharam a expulsão brutal, realizada pela PM do Pará, de 1.500 famílias que interditavam. O saldo do confronto foi 19 sem-terra mortos e quase 70 feridos graves. Os responsáveis nunca foram punidos. O dia 17 de abril, data do massacre, se transformou no dia nacional de luta pela terra.

³ SCOLESE, Eduardo. “Invasões de terra têm aumento de 115% este ano”. FSP, 23/06/2004.

⁴ Cf. “MST inicia ações para pressionar governo”. FSP, 24/03/04.

⁵ “Coluna Painei”, FSP, 27/03/ 04.

⁶ ORNAGHI, Tiago, “MST anuncia onde de invasões até 17 de abril”. FSP, 27/03/04.

⁷ *Idem, Ibidem.*

⁸ Cf. “MST invade quatro fazendas em SP, RS e BA”. FSP, 03/04/04.

⁹ Transcrição retirada da coluna *Toda Mídia*, publicada por Nelson de Sá, FSP, de 30/04/04.

¹⁰ Cf.: “Verba não suspende abril vermelho”, de 01/04/04; “Após promessa do MST de ‘infernizar’, presidente [...]”, de 03/04/04 e “Abril vermelho registra mais invasões”, de 17/04/04.

¹¹ Não cabe aprofundar aqui os deslocamentos promovidos por tais mobilizações. Basta apontar a substituição do termo “protesto” por “intervenção” e “militantes” por “ativistas” para percebermos o político gesto de despolitização dessas manifestações.

¹² FSP, 17/04/ 04.

¹³ Cf. SCOLESE, Eduardo. “Invasões de terra têm aumento de 115% neste ano”, FSP, 23/06/04.

¹⁴ <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1815>>, em 19/05/06.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- _____. “Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica”. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Unb, 2002.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, vol 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, vol. 4*. São Paulo: Forense Universitária, 2006.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. “O papel da memória”. In: ORLANDI, Eni (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. “Sobre os conceitos epistemológicos da Análise de Discurso”. In: *Revista Escritos*, 4. Campinas: Unicamp, 1999.